



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 20

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 28-06-2002

Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira Costa, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António do Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Arede de Jesus, António Manuel Pinho Regala e Élio Manuel Delgado da Maia.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Henrique Manuel Morais Diz.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Marília Fernandes Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, do pedido de substituição nas reuniões que se realizem entre os dias 28 de Junho e 7 de Julho, do Vogal António Manuel dos Santos Salavessa, que é substituído por António Manuel Pinho Regala. Continuando, deu conhecimento à Assembleia, nos termos do mesmo artigo da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições, nesta reunião, dos Vogais Nuno Rosa da Silva barata por António Fernando Ribeiro Martins; Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva por Rui Manuel Pereira Costa. Os Vogais João Carlos Martins Valente e Maria da Conceição Seixas de Almeida foram substituídos pelos cidadãos António Norberto Silva Correia e Vítor Manuel Simões Dias, respectivamente, em virtude dos cidadãos imediatamente a seguir nas listas declararem não poderem estar presentes.

Ainda nos termos da legislação em vigor, nesta reunião, os Presidentes de Junta Manuel Júlio Braga Alves, António Luís Gomes de Carvalho e Armando Manuel Dinis Vieira, fizeram-se substituir, respectivamente, por André Bastos Malva Quinteiro, Jaime Manuel Pereiras dos Reis Vinagre e Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente o Presidente da Mesa leu a Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2 – Plano de Pormenor do Centro – Indemnização à sociedade «Irmãos Paula Dias, Limitada»;

Ponto 3 – Aprovação das remunerações dos membros dos corpos sociais das empresas municipais EMA e PDA;

Ponto 4 – Regulamento dos mercados municipais retalhistas do concelho de Aveiro;

Ponto 5 – Regulamento dos automóveis de aluguer;

Ponto 6 – Regulamento da venda ambulante;

Ponto 7 – Plano de Pormenor Sá-Barrocas;

Ponto 8 – Equilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Aveiro - Propostas.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 11 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 12 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 13 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 14 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 15 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 16 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 17 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Continuando, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta nos serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

(Deram entrada na sala os Vogais António Norberto Silva Correia, Vítor Manuel Simões Dias e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga).

Seguidamente e nos termos do artigo 84.º da legislação em vigor, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

O Presidente da Mesa deu conhecimento de uma exposição entregue pelo Sr. Alexandre Rodrigues dos Santos, sobre o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, ao Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, líderes dos Grupos Municipais e Comunicação Social.

De seguida usaram da palavra os seguintes munícipes:

Maria de Lurdes Ferreira de Matos Oliveira Modesto, na qualidade de representante dos ex-trabalhadores da Frapil, usou da palavra para comentar o relatório elaborado pela Comissão Eventual de Análise ao Plano de Pormenor de Sá-Barrocas e expressar agradecimento a cada um dos elementos que a compuseram, pela apreciação particularmente naquilo que respeita à área do imóvel da falida Frapil.

Fernando Simões de Moura, usou da palavra para solicitar apoio da Câmara para a resolução do problema relacionado com a passagem de carros de tracção animal, na nova ponte sobre a linha de caminho-de-ferro na passagem desnivelada de Cacia, devido à forte inclinação.

(Deram entrada na sala os Vogais António Fernando Ribeiro Martins e Joaquim dos Santos Abreu).

António Martins da Rocha, comerciante nas lojas 25 e 26 do Mercado Manuel Firmino, usou da palavra para expor a preocupação que os comerciantes têm no momento, em relação ao Mercado.

Joaquim Figueira Mostardinha, comerciante nas lojas 41 a 43 do Mercado Manuel Firmino, usou da palavra para expor também da problemática no Mercado, encerrado no seu interior desde 1 de Maio de 2000 para obras de beneficiação.

(Saiu o Vogal Rui Manuel Pereira Costa)

Ivo Navarro Machado, comerciante nas lojas 35 a 39 do Mercado Manuel Firmino, usou da palavra para expor da necessidade urgente em se encontrar uma solução para os comerciantes “lojistas” do Mercado.

António Carlos Soares Fresco, comerciante nas lojas 1 e 2 do Mercado Manuel Firmino, usou da palavra para expor, uma vez mais, sobre a problemática do Mercado. ▲

Ricardo Videira, Secretário-geral da Associação Comercial de Aveiro, para em representação dos comerciantes, solicitar à Câmara Municipal a resolução da problemática do Mercado Manuel Firmino.

De seguida o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os munícipes e do gosto da Mesa e de toda a Assembleia, quanto à participação dos munícipes.

De seguida usou da palavra o Presidente da Câmara, para defesa da honra.

Presidente da Câmara

“Eu queria, antes de mais, cumprimentar todas as pessoas presentes e saudar a vinda a esta Assembleia Municipal e em especial, nesta ocasião (porque era nesse ponto que gostava de prestar alguns esclarecimentos), os representantes e os comerciantes que trabalham no Mercado Manuel Firmino.

Há seguramente aqui algum equívoco e alguma falha na comunicação. Eu tenho tido neste executivo a maior compreensão, respeito, consideração, pelo trabalho que os comerciantes ali desenvolvem. Seguimos as vossas preocupações desde o início deste processo. Desde o início deste processo que sempre vos dissemos – nunca ouviram outra coisa da parte de nenhum membro deste executivo – que o Mercado Manuel Firmino era para manter como mercado e que as lojas iam continuar. Falámos sempre uma linguagem de verdade. Nunca ninguém vos disse (pelo menos com autorização deste executivo) que as obras iam demorar só dois ou três meses! Qualquer pessoa aqui percebe que isso é um disparate — não podíamos ter dito isso; portanto isso não corresponde à verdade. Ninguém quis enganar ninguém. Dissemos que iria ser um processo que iria demorar algum tempo e fizemos tudo o possível para não demorar tanto tempo. Tivemos variadíssimas reuniões com os representantes dos Srs. comerciantes — como bem sabem; alterámos o projecto várias vezes depois e na sequência de reuniões com os Srs. comerciantes do Mercado Manuel Firmino. Fomos a reuniões sempre que fomos solicitados até certa altura... até certa altura. Falámos sempre uma linguagem de verdade. Quando não sabíamos ainda qual seria o regime jurídico aplicável ao novo mercado, eu próprio estive na Associação Comercial e disse isso mesmo: Que gostava muito de vos poder ajudar, mas que em princípio tinha de saber e tinha de ter a certeza sobre o que é que dizia a lei, porque eu não podia (mesmo com muita boa vontade) não cumprir a lei.

Bom... e entretanto começámos depois eu e o Sr. Domingos Cerqueira, depois de muitas reuniões, a ver aparecerem notícias e comentários que punham em causa a nossa honorabilidade. Com suspeições, insinuações, dizendo que a Câmara estava a faltar à verdade, que queria enganar os comerciantes, que iria fechar o mercado, que iria vender o mercado a grupos económicos (os tais interesses de terceiros, suponho que é a isso que se estão a referir), um conjunto de boatos que foram postos a correr por representantes dos comerciantes que sinceramente a Câmara e este Executivo não mereciam ouvir.

Eu compreendo a vossa angústia. Compreendo a necessidade de certezas para as vossas vidas. Ouvimos todas as sugestões. Fizemos os estudos que tínhamos de fazer e quando os fizemos (apesar de não estarmos obrigados a fazê-lo), alterámos o regulamento que tinha ido a discussão pública, para que os Srs. comerciantes das lojas do mercado Manuel Firmino nem sequer tivessem que ir a hasta pública e tivessem a possibilidade de ficar com as lojas antes delas irem para hasta pública.

Cada vez que nós dizemos e vamos de encontro aos interesses dos comerciantes, a certa altura, não sei explicar porquê, francamente, devem haver outras razões que não as razões de quem está interessado em resolver este processo, põem a correr versões exactamente ao contrário daquilo que a Câmara acabou de decidir e de dizer. E realmente, eu e o Sr. Vereador Domingos Cerqueira, a partir de certa altura perdemos vontade em conversar com os nossos interlocutores porque íamos dizer uma coisa para as reuniões e no dia seguinte nos jornais aparecia outra — é muito desagradável!

Não obstante isso, quero dizer-vos que a Câmara não reagiu precipitadamente. Soube compreender que as pessoas, dada a sua situação de vida e as incertezas que tinham, tomavam às vezes atitudes que não são as mais correctas. E não obstante atitudes deselegantes que foram tomadas, nós fechámos os olhos, não as ouvimos, e aprovámos em reunião de Câmara uma solução que confere o direito aos lojistas do Mercado Manuel Firmino de ali continuarem sem terem de passar pela hasta pública. Por isso eu acho que há aqui sobretudo falta de comunicação. Eu, aliás, tinha transmitido ao Sr. Ivo Machado a semana passada o grande interesse que a Câmara tinha de na próxima semana nos encontrarmos para conversarmos sobre a fase seguinte. Ainda não há (e friso bem, para que não haja equívocos uma vez mais) nenhuma deliberação de câmara sobre como é que vamos lidar com esta fase transitória.

O Sr. representante da Associação Comercial veio aqui agora dizer (e lembrou e bem) que era importante revitalizarmos os centros urbanos. Eu julgo que todos os comerciantes do Mercado Manuel Firmino, todos os lojistas estão interessados em requalificar o Mercado Manuel Firmino. Todos querem isso. Todos percebem que não foi apenas o problema da saída do mercado que está a causar dificuldades aos vossos negócios. A natureza do comércio mudou. Ao lado apareceram lojas muito diferentes. Vocês não podem investir nas vossas lojas com a qualidade que sempre quiseram ter e obviamente, os clientes também não procuram as lojas que não acompanham a modernização do comércio que vemos por todo lado. Há muitas razões que explicam a quebra de negócios que podem estar a registar. E todos reconhecem que é urgente remodelarmos o mercado Manuel Firmino e as suas lojas. Agora, ajudem-nos a fazê-lo! Não nos criem dificuldades onde elas não deviam existir.

Nós vamos explorar em conjunto todas as possibilidades que estiverem ao nosso alcance para que durante esta fase em que o mercado tem de entrar em obras a vossa vida seja o menos prejudicada possível. Sem dúvida que vai ser afectada de alguma forma — a vossa e a dos utentes que estão acostumados a ir lá. Mas a ideia é que possam regressar a um mercado de cara lavada e com boas condições de trabalho e de funcionalidade, que seja atractivo, que seja uma grande atracção para as pessoas e um grande prazer irem ao mercado e não o mercado que temos actualmente e as lojas que temos actualmente — sem desprimor para o muito e excelente trabalho que vocês ali desempenham.

Portanto eu peço a todos uma grande serenidade. É nos momentos difíceis que temos de estar à altura das situações. E a Câmara quer ir até aos limites, como vos digo. Explorar todas as possibilidades para que em conjunto possamos, daqui a uns meses, logo que a obra terminar, inaugurar o mercado Manuel Firmino convosco lá dentro e satisfeitos pelo trabalho realizado. Muito obrigado.”

De seguida usou da palavra o Vogal Diogo Manuel Soares Machado, para fazer uma interpelação à Mesa.

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Algumas questões rápidas e telegráficas. A primeira para de uma forma também simples, saudar e agradecer, com o ênfase que é merecido, a presença de todos quantos hoje aqui nos honraram com essa mesma presença.

O Sr. Presidente já o fez — esta bancada não quer deixar de secundar as suas palavras e dizer que é assim que a democracia se vai construindo, que é assim que nós que para aqui fomos eleitos podemos aprender e podemos ganhar experiência.

Em segundo lugar entrava nas questões concretas referentes ao período de antes da ordem do dia. O clube de Amigos da Buga — para quando a extinção? Eu tive ocasião de estar a ler as actas e é um relambório que se arrasta à reuniões e reuniões de câmara. Sempre com a promessa de se falar, de se ver — agora mudámos o responsável, vamos ver como é que vai ser; provavelmente voltaremos à forma inicial... Mas do provavelmente ao agir ainda não se passou! É uma questão rápida de simples resposta. Até porque sei que a resposta vai ser “estamos a pensar no assunto”. Mas não queria deixar de colocar: para quando a extinção?

Segurança na rua da Aviação Naval. O Sr. Barbosa como Presidente de Junta falou no Rossio — eu não queria particularizar mas, no entanto chegou-me às mãos, enquanto líder de bancada, um alerta que foi enviado para a Câmara Municipal, por parte de um morador dessa rua, queixando-se de altíssimos níveis de insegurança derivados de horários de estabelecimentos nocturnos não cumpridos; de falta de policiamento, que se traduz em situações que são de roubos; de assaltos a carros, etc. etc. É efectivamente mais uma rua a juntar-se às ruas que hoje nesta cidade e neste concelho começam a sofrer, digamos, da “doença do progresso” como o Sr. Presidente há dias disse nesta Assembleia. É preciso é que, quem está a lutar por esse progresso à frente da autarquia, tenha a noção que o progresso arrasta coisas boas e arrasta coisas más. Esta é, inevitavelmente, uma coisa má que vem com o progresso e esta Câmara não está a saber combatê-la.

É preciso prevenir. É melhor prevenir que remediar, como diz o povo. E previna-se, com o policiamento de permanência. Não com o guarda-nocturno — qual guarda-nocturno! Policiamento de permanência à noite. Nos sítios onde existem estabelecimentos públicos susceptíveis de provocar qualquer tipo de incómodo mais gravoso a quem reside. Independentemente das licenças atribuídas, que se respeitem os horários de funcionamento, que se respeitem as pessoas que residem nas proximidades e que a Câmara faça todos os esforços para que se calhar através de um protocolo (se calhar a pagar horas extraordinárias à Polícia), se envidei todos os esforços para que nesses locais sensíveis (o Rossio é um deles, este é outro) se comece a praticar de imediato o policiamento de permanência até ao horário de encerramento dos referidos estabelecimentos.

Depois Sr. Presidente, para lamentar como líder da bancada do CDS/PP, não ter conhecimento senão pelo rádio, da inauguração do Arquivo Distrital — que honrosamente ostenta o nome do seu avô. Não tivemos o prazer de assistir a essa inauguração! Achamos que é uma obra de valor e que valoriza enormemente a freguesia onde se insere, mas gostaríamos de ter sido alvos dessa consideração por parte da Câmara ou do Ministério da Cultura sensibilizado através da Câmara — É só um lamento público. A Assembleia Municipal teria e deveria ter estado presente.

Sr. Presidente, ao passar nas ruas da cidade dei de “caras” com uma campanha do Beira-Mar nos mupis, que eu não sei classificar! Precisava que o Sr. Presidente me respondesse a uma questão muito simples. Considera esta campanha uma estratégia de marketing do Beira-Mar ou entende o Sr. Presidente que esta campanha tem algo a ver com o célebre plano das 30 medidas de reequilíbrio financeiro e conseqüentemente da actuação da Câmara para com o Beira-Mar? É que foi cortado em 50% o subsídio ao Beira-Mar e hoje já aparece num periódico publicado um anúncio «precisa-se urgente patrocinadores e mecenas».

É fundamental que a Câmara esclareça esta Assembleia sobre o destino dos subsídios que nomeadamente ao Beira-Mar atribui. A Câmara apenas e só, poderá subsidiar quem fomentar o desporto amador e a formação. Quando o presidente do Beira-Mar diz nos jornais: que com a redução de cem para cinquenta mil contos (números redondos) acaba a formação; a Câmara que esclareça esta Assembleia onde vão parar os outros 50 mil contos, porque o protocolo está assinado e a Câmara tem de saber onde é gasto o dinheiro que a Câmara entrega.

Depois e para acabar. A presença do Sr. Presidente da Câmara na inauguração de um estabelecimento comercial de grandes dimensões, no passado dia 26, sancionou a nosso ver uma irregularidade. E uma irregularidade que nós na altura aqui assinalámos e alertámos.

A presença do Sr. Presidente da Câmara no Retail Park, sem este estar devidamente licenciado para a função para que hoje vem descrita amplamente no Diário de Aveiro, é sancionar uma irregularidade. Gostava que o Sr. Presidente me dissesse onde está a adenda ou modificação do projecto do Retail Park para um projecto de lojas/armazéns que “também podem vender” — como o Sr. Presidente disse — onde está a alteração do projecto; onde está a alteração do regime simplificado do PDM publicado em Diário da República; onde está a licença passada pela Câmara para que este empreendimento pudesse abrir as portas? Sr. Presidente, que coimas aplicou uma vez que o reforço da fiscalização é uma das 30 medidas que o Sr. Presidente anuncia como fonte de receita alternativa e extraordinária? Que coima aplicou a um estabelecimento daquele tamanho e que vai esta Câmara continuar a fazer com este empreendimento que não está legal? Muito obrigado.”

Vogal Virgínia Veiga (PS)

Vogal Liz Silva (PPD/PSD)

B

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu começo também por agradecer a presença de todas as pessoas que no período que lhe é particularmente destinado no nosso regimento aqui intervieram. Acho que todos aqui trouxeram questões pertinentes e que esta Assembleia deve ficar-lhes agradecida porque trouxeram dados de informação que naturalmente sensibilizam esta Assembleia, sensibilizam a Câmara, e estou seguro de que terão algum impacto na solução dos seus problemas.

Realmente o primeiro grupo, o grupo de Sá e Barrocas, que procura uma medida especial para atender a um problema que lhe é caro desde há muito. E eu não vou falar do mérito deste problema porque está equacionado exactamente a discussão do plano que abrange esse local, mas certamente o assunto deles vai ser apreciado e porventura a contento, algum contento, penso eu.

Agora, as demais intervenções já nos trazem aqui alguma preocupação de fundo. E qual é essa preocupação de fundo? A ideia dominante é aquilo que nós vimos aqui denunciando desde há muito. A ideia força dessa preocupação é a falta de planificação e a falta de cuidado com os munícipes por parte de quem dirige esta Câmara. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e é disso que se trata. É isso que aqui me cumpre denunciar e

denunciar concretamente. Então, nós vemos aqui aquele senhor que é agricultor, o homem que trabalha a terra, que lida com os carros ainda hoje, e que vem dizer que afinal fazem uma ponte para suprimir a passagem de nível, uma ponte que não permite a passagem dos carros de gado!? Uma coisa que a Câmara deveria ter a informar todo o plano que certamente terá gizado mas mal pelos vistos, para uma ponte desta natureza. E depois o que é que vemos? Agora, que remédio? À custa de quê e quanto de incómodo isto vai gerar para as pessoas que precisam deste meio indispensável? Esta ideia importa sublinhar, mas importa sublinhar também, que plano tem a Câmara para um dado tão importante, para um tema tão importante como é este dos mercados?

Pergunto Sr. Presidente. Deu aqui esperanças, mas a meu ver esperanças vãs e gratuitas, que foi a ideia que também trouxeram as pessoas aqui. Eu não duvido da seriedade do Sr. Presidente da Câmara Sr. Presidente da Assembleia, de maneira nenhuma. Agora, que há um certo laxismo nisto, isso é indubitável e demonstro porquê. Fechou ou não fechou este mercado em 1 de Maio de 2000? Primeira questão, fechou. Decorreram ou não dois anos? Decorreram. Começou por ventura alguma obra neste sítio? Sr. Presidente, a vida dos comerciantes não é eterna. A vida das famílias e das organizações requer resposta imediata e os autarcas são por excelência as pessoas que devem dar essa resposta. Não vamos agora fecharmo-nos nos gabinetes, os autarcas não devem fazer isso. Fechar-se nos gabinetes, resolver tudo altistamente, sem ouvir quem quer que seja, e esperar durante dois anos por solução que ainda nem começou a ser encetada, Sr. Presidente! O Sr. reage, admito que possa ter alguma razão, mas eu digo-lhe a objectividade das coisas é esta. Neste momento, passados dois anos, estas pessoas não têm o mínimo de esperança. E o que elas aqui vieram fazer foi exactamente perguntar. Queriam que o Sr. Presidente da Câmara lhes dissesse quando afinal iriam ocupar aquele sítio e se o iriam ocupar. O Sr. Presidente quanto a este segundo ponto, deu-lhes uma resposta, disse: “está assente, a Câmara já deliberou”. Não sei se está assente ou não?! O Sr. Presidente da Câmara disse e nós acreditamos que estes senhores vão ter lugar no mercado sem terem de concorrer a hasta pública, suponho eu. Portanto, fica esse compromisso, é bem que isso fique esclarecido. Portanto os senhores ficam a saber pela boca do Sr. Presidente, que terão direito ao lugar. Agora, se têm direito ao lugar, eles querem saber quando terão, por quanto, e saber o que vão pagar — isso é uma grande interrogação. Mas eu digo ao Sr. Presidente, estes senhores no meu entender, já que a Câmara admitiu o princípio que têm direito ao lugar dentro do critério que é legalmente admitido em geral, o critério supletivo pelo menos, porque se outro não houver, que é o de a Câmara quantificar quanto gasta nas obras, estabelecer um rendimento de 8% e dividir os custos pela retribuição (não digo rendas porque seria impróprio), é esse o critério e esse é o critério objectivo.

Preocupa-nos também a falta de planificação. Porque é que a Câmara ainda não deu sequer uma réstia de esperança quanto a este dado concreto, a estes senhores que aqui estiveram! Isto preocupa-nos quando isto afinal já é endémico e sistemático. É esta a nossa preocupação. Porque não é só o mercado, não é só a ponte. É o teatro Aveirense, nós vemos que nunca mais anda nem desanda; é o estacionamento, e nós verificamos que ao longo destes últimos anos ao contrário do que em muitas vezes em lisonja fácil mas não verdadeira. Não é verdadeira como lisonja, não correspondendo a factos, a política que esta Câmara tem seguido. É afinal a política que eu há tempos aqui denominava como a política do “empate”. Isto é, do não andar. E portanto, é contra isto que nós queremos remar, é contra este tipo de situações... E fazemos votos para que esta Câmara assuma outra dinâmica, que é para isso que lá está, é para isso que é Câmara. Não nos compete a nós ir a correr resolver os problemas dos comerciantes porque nós só somos a oposição. Apontamos soluções e essas soluções são fáceis.

Seria fácil por exemplo, no caso do mercado Manuel Firmino, o Sr. Presidente só desalojar as pessoas que lá estavam quando tivesse um plano e no mês seguinte começar a obra. Não era preciso o mercado estar vazio e vago, sem ocupação, sem que imediatamente se comesçassem as obras. Eu lamento ter de dizer isso Sr. Presidente, custa-me dizer — gostaria que fosse de outra maneira. Muito obrigado.”

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostava só de colocar algumas questões que são pequenas questões da vivência quotidiana da cidade, mas no meu entender não menos importante do que outras como sejam as grandes intervenções do planeamento.

Uma delas está relacionada com as piscinas municipais que estão ligadas ao Beira-Mar. Chegou-me a informação de que a piscina exterior que por motivos de contenção financeira estaria fechada neste Verão. Eu gostaria de saber se sim ou não e se não é possível, ainda que atendendo às prioridades de distribuição de finanças — ainda que aparentemente a construção de um estádio é prioritário — penso que valeria a pena prestar alguma atenção relativamente a isto. Tanto mais que esta piscina proporciona uma utilização a um grupo de municípios com menos possibilidades.

Um outro aspecto tem a ver com a colecta e armazenamento de resíduos urbanos. Tem-me sido possível verificar que a lógica de colocação de alguns contentores e ecopontos está completamente invertida no sentido da lógica do utente. Isto é, estão virados para as vias públicas em vez de estarem virados para os passeios. E tenho alguns exemplos no caso do Presidente estar interessado em corrigir esta questão — há diversas situações na cidade. Sugeriria eventualmente que os serviços fizessem um esforço num guia interno de colocação deste tipo de equipamentos.

Outra questão que já foi aqui referida mas continua exactamente na mesma tem a ver com o estacionamento na avenida de Sá-Barrocas. Já se referiu aqui que é um problema de estacionamento complicado e para agravar o problema a Câmara licenciou três estabelecimentos comerciais de aluguer de automóveis. Se observarmos os lugares de estacionamento junto aos prédios, não ficam estacionamentos para os moradores. E como sabemos mesmos os moradores que tem garagem, durante o dia, nem sempre se prestam a colocá-los dentro das garagens. Portanto, eu penso que há que fazer alguma coisa. Por exemplo uma solução que não resolve mas atenua, é a colocação de parquímetros na avenida e a possibilidade de fornecer cartões de residente como se faz noutras ruas da cidade. Fica a sugestão.

Outra coisa também já antiga é a página da WEB da Câmara Municipal de Aveiro. É uma vergonha para uma Cidade Digital (a primeira Cidade Digital do país) a situação se manter. Eu percorri alguns sites de municípios que têm informações interessantíssimas que vão desde o planeamento aos regulamentos da Câmara, informações, etc. A Câmara só tem vantagens em ter uma página da WEB bem montada — é só vantagens.

Outra questão ainda. É erro meu ou o mercado abastecedor vai para Cacia?! Se vai, eu de facto manifesto alguma preocupação devido à proximidade da Ria que é uma zona sensível. Ontem vimos que o P.U. trata de igual forma Cacia, Aradas, Oliveirinha, etc. Não é que eu esteja a depreciar as outras freguesias, mas de facto Cacia tem particularidades realmente importantes que o P.U. não contempla. Se nós continuamos a deixar ir para lá equipamentos desta natureza sem acautelar outras pressões urbanísticas, tenho algum receio.

Finalmente, queria manifestar uma preocupação de âmbito mais amplo que tem a ver com o projecto do Baixo Vouga lagunar, que é um projecto de interesse regional. Poderão dizer quer é um projecto que não afecta muito o município, mas de qualquer forma afecta de forma

indirecta. É um projecto que não é só relevante para a actividade agro-pecuária, mas também muito relevante para a preservação de valores paisagísticos e ecológicos e eu gostava de saber o que é que a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal ou as duas, têm feito no domínio da intercedência em termos políticos para que este projecto se venha a concretizar.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PSD/PP)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Filipe Brandão (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

c

Membros da Assembleia

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PSD/PP)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Vice-Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal:

Vereador Domingos Cerqueira

“Sobre os guardas-nocturnos queria dizer que a Câmara apenas respondeu a uma pergunta que o Governador Civil nos fez. O Governador Civil perguntou-nos: estão ou não interessados em que haja guardas-nocturnos em Aveiro? E a Câmara deliberou dizer que estávamos interessados e o processo terminou aqui.

Tanto quanto sei o processo vai seguir. Eu tenho dado essa informação a alguns Presidentes de Junta. O Governador Civil tem de abrir um concurso para guardas-nocturnos, tem de publicitar o concurso, e depois realmente há um júri que é constituído pelas entidades que o Presidente da Junta da Vera Cruz disse. Mas desse júri nem sequer faz parte a Câmara. Portanto a câmara fez o que lhe competia, disse que estava interessada e respondeu ao Governo Civil — o problema agora é com o Governo Civil. Quem paga são os clientes dos guardas-nocturnos. Os guardas-nocturnos que forem seleccionados pelo Governo Civil e pelo júri de que faz parte a Junta de Freguesia, têm de arranjar os seus clientes para garantir a segurança dessa casas comerciais, estabelecem uma zona de acordo com a Junta de Freguesia, nessa zona arranjam clientes que lhes paguem a segurança. É assim que vivem os guardas-nocturnos. É uma actividade privada de que a Câmara é alheia. É assim.”

Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu não vi esclarecida uma questão que foi posta aqui e fiquei com uma certa curiosidade na pergunta que foi feita ao Sr. Presidente da Câmara, que tem a ver com a parte do subsídio ao Beira Mar. Eu gostava de saber se efectivamente por parte da Câmara, a utilização desse subsídio tem sido fiscalizado ou acompanhado. Porque a questão que foi posta foi clara. E o Sr. Presidente, penso que não por vontade própria, mas por algum cansaço, não quis responder — não respondeu! E esta questão eu gostaria de a ver respondida. Há uma outra questão que me deixou um bocado preocupado. Foi efectivamente a história quanto ao Retail Park?! É que começo a ficar com a sensação Sr. Presidente da Câmara, que os grandes investidores a nível nacional (não é só a nível local) começam a ter privilégios que os pequenos não têm... os tais licenciamentos! E agora, estou-me a lembrar do rigor que o Sr. Presidente punha que era numa das medidas de contenção e de captação de fundos pela fiscalização. E fico mais preocupado, porque ainda não foi há muito tempo que vi também nos jornais que uma percentagem muito significativa das lojas do fórum continuam também a não ter licença de utilização!? Sr. Presidente, começo a ficar preocupado porque fico com ideia que os grandes têm todas as facilidades e os pequenos, os de Aveiro, continuarão a ter todas as dificuldades. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“Sobre os subsídios ao Beira-Mar. Nós temos um contrato-programa com o Beira-Mar que ao que sabemos é cumprido. O Beira-Mar envia-nos o relatório anual e na Assembleia-Geral também tivemos ocasião de verificar isso. Portanto não temos motivo para crer que os protocolos não estejam a ser cumpridos. O dinheiro é líquido e, portanto, o nosso protocolo diz que de facto o apoio da Câmara é para o desporto amador, é para a manutenção das piscinas, é para a manutenção de equipamentos designadamente o Mário Duarte. Depois de entrar nas contas do clube é evidente que o clube tem autonomia para fazer a gestão desde que respeite o protocolo, mas enfim não temos propriamente uma atitude policial sobre as contas do Beira-Mar. Se não houver nada que leve a duvidar de que o protocolo está a ser respeitado, queremos que o Beira-Mar tenha muito sucesso e que tenha a sua autonomia de gestão dentro do espírito do protocolo.

A situação que referiu de facto eu também fui surpreendido. Devo dizer com as notícias que saíram nos jornais sobre as lojas do fórum, imediatamente enviei lá a fiscalização e pedi mesmo para me fazerem um levantamento muito rigoroso sobre todos os centros, as grandes superfícies, com lojas abertas ao público. E temos distinguir várias situações. Uma coisa é a licença de utilização dos hipermercados e dos centros comerciais (essas estão todas em ordem), o resto está o levantamento a ser feito. São dezenas de lojas como sabem, portanto não é um trabalho que se faça de um dia para o outro. O levantamento está a ser feito e pode ser que aí de facto (e julgo que é essa a origem da notícia), algumas das lojas não tenham actualizados os seus projectos que é necessário apresentar na Câmara, designadamente porque a certa altura como se recordam havia dificuldade na regulamentação. Por exemplo, na relativa às instalações sanitárias para os empregados de algumas delas. Legislação essa, que depois foi atenuada e bom, nessa espera que a legislação fosse alterada, como veio a ser porque era inexequível, pode ter havido algumas lojas que não tenham actualizado o seu processo. Mas estamos a fazer esse levantamento e evidentemente que o tratamento será igual para todos. Não pode haver aqui comerciantes de primeira e comerciantes de segunda, nem privilégios para os maiores e dificuldades para os mais pequenos; e o mesmo se passará

naturalmente no Retail Park — adoptaremos o mesmo tipo de critério. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento à Câmara na pessoa do Sr. Presidente. Que por acaso e note que eu refiro ‘por acaso’ e porque aceitou, é também o Presidente da Assembleia-Geral do Beira-Mar.

Em qualquer clube, associação etc. etc. é na Assembleia-Geral que se aprovam as contas do exercício. É na Assembleia-Geral, que se aprovam as contas do exercício. Isto é assim em todas as associações desportivas ou culturais etc., etc. O Presidente da Assembleia-Geral é coincidentemente o Presidente da Câmara. Questionado aqui sobre a utilização devida dos dinheiros que a Câmara transfere para o Beira-Mar, na sua dupla qualidade, o Sr. diz-nos que não pode dizer-nos se o dinheiro está a entrar para o futebol profissional ou não!? Esta é a pergunta concreta. Também como Presidente da Assembleia-Geral o Sr. está nessa dupla qualidade. Há uma de que nunca pode despir o fato: é a de Presidente da Câmara 24 horas por dia. Já vimos portanto que está a despir o fato de Presidente da Assembleia-Geral do Beira-Mar nesta Assembleia; e bem. E portanto, não deve pronunciar-se. Agora éticamente...”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, eu quando estive na Assembleia-Geral do Beira-Mar não me esqueci que era Presidente da Câmara. Mas senti o Sr. Presidente da Assembleia-Geral do Beira-Mar a querer que o Sr. Presidente da Câmara pudesse fazer aprovar no Executivo um maior apoio para o Beira-Mar. É claro que como Presidente da Câmara senti que este pedido da Assembleia-Geral do Beira-Mar não podia ser atendido dadas as circunstâncias.

E, portanto, o que eu gostava de dizer é que gostaria que o Beira-Mar continuasse a ter estabilidade financeira, competitividade desportiva, e continuasse a representar bem o desporto aveirense e Aveiro no panorama do desporto nacional. Sem cartões vermelhos, sem atitudes menos dignas, sem intervenções dos seus dirigentes que deslustrem a postura que eu ainda acredito que é possível ter no futebol. E com relacionamento com a Câmara e com todas as entidades e toda a comunidade aveirense e toda a região que o deve apoiar.

Julgo que tenho sabido sempre distinguir as duas funções. E no dia que perceber que a acumulação desses dois cargos pode criar dificuldades, certamente que abdicarei de um deles. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, convocando a próxima reunião para o dia 03 de Julho de 2002 (quarta-feira) pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 28 de Junho de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)